

TRIBUTO

Aécio defendeu, em Zurique, a distribuição dos recursos do imposto do cheque com estados e municípios para aplicação na saúde e aumento dos repasses da Cide. Negociação continua

Governador cobra partilha

JAECI CARVALHO
Enviado Especial

Zurique – A oficialização do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014 uniu na Suíça governadores de vários partidos e o presidente Lula, em um discurso afinado em torno da maior festa do futebol. Entretanto, embora o esporte tenha dominado as entrevistas, quando o assunto foi política as divergências vieram à tona, principalmente no principal assunto do país no momento: a prorrogação da CPMF até 2011. Lula manteve o discurso sobre a necessidade do imposto do cheque e disse esperar que o Senado aprove em breve a proposta de emenda constitucional que prevê a manutenção da cobrança. Entre os governadores, não há consenso: enquanto uns defendem a partilha de recursos com estados e municípios, como os de Minas, Aécio Neves (PSDB), e do Distrito Federal, José Roberto Arruda (DEM), outros acham que a arrecadação estimada em cerca de R\$ 40 bilhões deve ficar com a União, caso do cearense Cid Gomes (PSB).

Depois da solenidade em Zurique, Aécio participou de almoço na sede da Fifa com os demais governadores e aproveitou o encontro para tentar negociar o futuro da CPMF, segundo alguns dos presentes. Ele defendeu maior repasse aos estados para a saúde, além do aumento na destinação dos recursos da Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico (Cide), o chamado imposto dos combustíveis. O presidente Lula também participava do almoço, mas em outra mesa.

O governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), um dos presentes, confirmou a conversa. "Aécio fez suas reivindicações e foi quem liderou a conversa sobre a CPMF", afirmou, explicando que o governador mineiro, além do maior repasse para que os estados gastem com saúde, defendeu aumento na participação da Cide, que passaria de 25% para 46%. "Defendi que seria uma coisa (repasso para a saúde) ou o repasse da Cide. Não as duas propostas", disse Wagner. Aécio ainda teria garantido que, se sua proposta fosse aceita, teria como conseguir de três a cinco votos no Senado a favor da prorrogação do imposto do cheque.

Antes do almoço, Aécio havia conversado por telefone com a governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius (PSDB), e disse que na semana que vem vai a Porto Alegre, para tratar de assuntos relativos ao partido. O embarque do governador rumo a Belo Horizonte estava previsto para a noite de ontem. (Com agências)



Henrique Meirelles (E), presidente do Banco Central, participou, ontem, de audiência na comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados

Banco Central ameaça com juros

“
O governador
Aécio Neves
fez suas
reivindicações
e foi quem
liderou a
conversa
sobre a CPMF

”
■ Jaques Wagner (PT),
governador da Bahia

Brasília – O presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, afirmou ontem que o fim da arrecadação com a CPMF, sem corte equivalente de despesas, pode levar a um aumento do déficit público, e ao conseqüente aumento do juro no longo prazo. “Não podemos nos iludir”, disse ele, durante audiência no Congresso. “Se o setor público deixar de ter uma fonte importante de receitas, terá que eliminar despesas também importantes”, afirmou.

Ele explicou que a equação é a seguinte: sem uma arrecadação estimada em R\$ 39 bilhões para 2008, o governo terá que cortar gastos equivalentes. Se não reduzir as despesas, cai o superávit primário, a dívida pública aumenta e o juro de mercado se eleva naturalmente, porque os investidores vão querer receber mais para financiar o governo. “Isso teria um impacto grande para a sociedade”, afirmou o presidente do BC. “É importante que se olhe para o orçamento público como usos e fontes”, explicou.

“
Isso vai significar
que a dívida pública
vai crescer, vai
aumentar juros
a longo prazo

”
■ Henrique Meirelles,
presidente do Banco Central

Para manter o superávit primário, é fundamental não desequilibrar as contas públicas. O superávit é a economia do governo para pagar os juros da dívida. “Se levar a uma diminuição do superávit primário, isso vai significar que a dívida pública vai crescer, vai aumen-

tar juros a longo prazo”, disse ele. O governo trabalha para compor entendimento com a oposição e aprovar a prorrogação da CPMF até 2011, no Senado, antes de 31 de dezembro quando expira a cobrança atual do imposto.

Respondendo a críticas do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado Armando Monteiro (PTB-PE), sobre o aumento dos gastos públicos, Meirelles respondeu que, de fato, o avanço fiscal tem sido expansionista. Mas ponderou que para a condução da política monetária, o importante é que o superávit primário seja mantido, contribuindo para trajetória cadente da relação dívida líquida do setor público versus Produto Interno Bruto (PIB). “Para o Banco Central, o fundamental é o superávit primário para entregarmos a inflação na meta”, disse. “E trabalhamos com a hipótese de que o superávit vai ser cumprido”, completou o presidente do BC.

MARCOS COIMBRA

SOCIÓLOGO E CIENTISTA POLÍTICO
MARCOS.COIMBRA@UAI.COM.BR



Partidos quebrados

Das muitas coisas interessantes que a eleição de Cristina Kirchner suscita, uma das mais relevantes para nossa situação é o que ela permite ver sobre como funcionam, na atualidade, os partidos políticos em seu país. Os ingredientes da história argentina são, obviamente, diferentes dos que aqui temos, mas há pontos em comum que merecem discussão.

Aliás, não são traços que compartilhamos apenas com a Argentina, mas com outros países sul-americanos, embora nem sempre os percebamos. Somos, como várias pessoas lembram, uma sociedade que permanece muito auto-referenciada, mesmo em um contexto de redução das distâncias entre as nações e globalização econômica e cultural. Some-se a isso certa

tendência brasileira a nos considerarmos superiores em relação a nossos vizinhos e temos uma explicação de nossa ignorância sobre o que ocorre ao nosso lado.

A presidente chegou ao poder em uma eleição onde a disputa se deu entre partidos, coalizões e frentes que pouco ou nada possuem em comum com a estrutura clássica dos partidos de lá. Como democracia organizada cedo no século passado, a Argentina saiu da ditadura militar com organizações partidárias que comemoravam seu centenário, junto com outras formadas até os anos 1960, das quais, de longe, a mais importante era o Justicialismo. A elas, porém, logo se agregaram inúmeras outras, em um processo de proliferação tão intenso que deixa o nosso, em momento

parecido de retorno à democracia, muito para trás.

Neste pleito, a Argentina teve candidatas a presidente de 14 partidos, a maioria frentes políticas circunstanciais, dos quais alguns vão perdurar, aumentando o caos partidário que marca hoje o cenário do país. O quadro era já confuso no final dos anos 1990 e evoluiu para a incompreensibilidade depois da crise de 2001, com uma volatilidade que deixa zonzos os observadores. A contabilidade das organizações partidárias se complica com a presença de mais de uma dezena de partidos regionais, dos quais onze possuíam representação no Congresso Nacional na última legislatura. No Brasil, não temos partidos assim desde os anos 30.

Se alguém achar que mais de 30 partidos coexistindo, alguns durando meses, outros anos e alguns décadas, geram um quadro institucional que inviabiliza um país, o que dizer da situação de outros de nossos vizinhos no continente? O que dizer da Colômbia, com mais de 50 partidos, a maioria coalizões efêmeras, alguns de existência local, nomes pitorescos e base de representação ignorada? O que dizer do Peru, com seus quarenta partidos, e que tem uma legislação eleitoral que permite a organizações de interesse a disputa de eleições, não a restringindo aos partidos e coalizões?

Quem, no Brasil, olha em torno não se assusta tanto com nossos muitos partidos, nem com sua “falta de distinção ideológica”. Ou alguém acha que existem fronteiras nítidas entre as dezenas de partidos que vemos América do Sul à fora?

No momento em que estamos, quando a moda é

reclamar de nossa estrutura partidária e aplaudir os arroubos legisferantes de quem não tem conhecimento, nem competência substantiva para consertá-la, talvez seja bom analisar o que se passa aqui perto, ao invés de fitar embasbacados alguns países europeus e os Estados Unidos. Quem sabe assim, conseguiríamos perceber que a construção partidária é um processo lento, que não se acelera a canetadas. Ninguém defende o caos, mas daí a tentar engessar o jogo político, prendendo-o em fórmulas cuja superioridade está longe de estar demonstrada, também não se vai longe.

Temos muito que valorizar em nossa edificação institucional, empreendida nos poucos anos que temos nesta nossa experiência democrática recente, que todos desejamos que perdure. Corremos mais riscos querendo mudá-la atabalhoadamente que permitindo que amadureça.

“
Talvez seja
bom analisar
o que se
passa aqui
perto, ao
invés de fitar
embasbacados
alguns países
europeus e
os Estados
Unidos